



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário
Área Judiciária

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva - Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva - Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva - Redação será corrigido.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas, e fazer a Prova Discursiva - Redação (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Português

Atenção: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto que segue.

Cada um fala como quer, ou como pode, ou como acha que pode. Ainda ontem me diverti este trechinho de crônica do escritor mineiro Humberto Werneck, de seu livro Esse inferno vai acabar:

“– Meu cabelo está pendoando – anuncia a prima, apalpando as melenas.

Tenho anos, décadas de Solange, mas confesso que ela, com o seu solangês, às vezes me pega desprevenido.

– Seu cabelo está o quê?

– Pendoando – insiste ela, e, com a paciência de quem explica algo elementar a um total ignorante, traduz:

– Bifurcando nas extremidades.

É assim a Solange, criatura para a qual ninguém morre, mas falece, e, quando sobrevém esse infausto acontecimento, tem seu corpo acondicionado num ataúde, num esquife, num féretro, para ser inumado em alguma necrópole, ou, mais recentemente, incinerado em crematório. Cabelo de gente assim não se torna vulgarmente quebradiço: pendoa.”

Isso me fez lembrar uma visita que recebemos em casa, eu ainda menino. Amigas da família, mãe e filha adolescente vieram tomar um lanche conosco. D. Glorinha, a mãe, achava meu pai um homem intelectualizado e caprichava no vocabulário. A certa altura pediu ela a mim, que estava sentado numa extremidade da mesa:

– Querido, pode alcançar-me uma côdea desse pão?

– Por falta de preparo linguístico não sabia como atender a seu pedido. Socorreu-me a filha adolescente:

– Ela quer uma casquinha do pão. Ela fala sempre assim na casa dos outros.

– A mãe ficou vermelha, isto é, ruborizou, enrubescceu, rubificou, e olhou a filha com reprovação, isto é, dardejou-a com olhos censórios.

Veja-se, para concluir, mais um trechinho do Werneck:

“Você pode achar que estou sendo implicante, metido a policial a linguagem alheia. Brasileiro é assim mesmo, adora embonitar a conversa para impressionar os outros. Sei disso. Eu próprio já andei escrevendo sobre o que chamei de ruibarbosismo: o uso de palavreado rebarbativo como forma de, numa discussão, reduzir ao silêncio o interlocutor ignaro. Uma espécie de gás paralisante verbal.”

(Cândido Barbosa Filho, inédito)

1. No contexto, as frases *Meu cabelo está pendoando* e *pode alcançar-me uma côdea desse pão* constituem casos de
 - (A) usos opostos de linguagem, já que a completa informalidade da primeira contrasta com a formalidade da segunda.
 - (B) usos similares de linguagem, pois em ambas o intento é valorizar o emprego de vocabulário pouco usual.
 - (C) intenção didática, já que ambas são utilizadas para exemplificar o que seja uma má construção gramatical.
 - (D) usos similares de linguagem, pois predomina em ambas o interesse pela exatidão e objetividade da comunicação.
 - (E) usos opostos de linguagem, pois a perfeita correção gramatical de uma contrasta com os deslizos da outra.

2. *A mãe ficou vermelha, isto é, ruborizou, enrubescceu, rubificou, e olhou a filha com reprovação, isto é, dardejou-a com olhos censórios.*

A expressão isto é, nos dois empregos realçados na frase acima,

- (A) introduz a conclusão de que o significado das falas corriqueiras se esclarece mediante uma elaborada sinonímia.
- (B) inicia a tradução adequada de um enunciado anterior cuja significação se mostrara bastante enigmática.
- (C) funciona como os dois pontos na frase *Cabelo de gente assim não se torna vulgarmente quebradiço: pendoa.*
- (D) introduz uma enumeração de palavras que seriam evitadas pela prima Solange, levando-se em conta o que diz dela o cronista Werneck.
- (E) inicia uma argumentação em favor da simplificação da linguagem, de modo a evitar o uso de palavreado rebarbativo.

3. Há uma relação de causa e efeito entre estas duas formulações:

- (A) *Cada um fala como quer* e *ou como acha que pode.* (1º parágrafo)
- (B) *para ser inumado em alguma necrópole* e *incinerado em crematório.* (7º parágrafo)
- (C) *visita que recebemos em casa* e *eu ainda menino.* (8º parágrafo)
- (D) *achava meu pai um homem intelectualizado* e *caprichava no vocabulário.* (8º parágrafo)
- (E) *olhou a filha com reprovação* e *dardejou-a com olhos censórios.* (12º parágrafo)



<p>4. Atente para as seguintes afirmações:</p> <p>I. Na frase <i>Isso me fez lembrar uma visita que recebemos em casa, <u>eu ainda menino</u></i>, o segmento sublinhado pode ser corretamente substituído por <i>aonde eu ainda era menino</i>.</p> <p>II. Transpondo-se para a voz passiva a frase <i>Socorreu-me a filha adolescente</i>, a forma verbal resultante será <i>tendo-me socorrido</i>.</p> <p>III. No contexto, a expressão <i>Brasileiro é assim mesmo</i> é um caso típico de generalização abusiva, como a que também ocorre em <i>os alemães são pragmáticos</i>.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I. (B) II. (C) III. (D) I e II. (E) II e III.</p>	<p>8. “Ruibarbosismo” é um neologismo <u>do qual se valeu</u> o autor do texto para lembrar o estilo retórico <u>pele qual se notabilizou</u> o escritor baiano.</p> <p>Não haverá prejuízo para a correção da frase acima ao se substituírem os segmentos sublinhados, na ordem dada, por:</p> <p>(A) a que recorreu - que fez notável. (B) do qual incorreu - com que se afamou. (C) a cujo recorreu - o qual celebrizou. (D) em que fez uso - em cujo deu notabilidade. (E) em cujo incorreu - com o qual se propagou.</p>
<p>5. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:</p> <p>(A) Cabem a cada um dos usuários de uma língua escolher as palavras que mais lhes parecem convenientes. (B) D. Glorinha valeu-se de um palavrório pelo qual, segundo lhe parecia certo, viessem a impressionar os ouvidos de meu pai. (C) As palavras que usamos não valem apenas pelo que significam no dicionário, mas também segundo o contexto em que se emprega. (D) Muita gente se vale da prática de utilizar termos, para intimidar o oponente, numa polêmica, que demandem uma consulta ao dicionário. (E) Não convém policiar as palavras que se pronuncia numa conversa informal, quando impera a espontaneidade da fala.</p>	<p>9. Está clara e correta a redação deste livre comentário sobre um aspecto do texto:</p> <p>(A) Nem todas as pessoas que utilizam um vocabulário rebuscado alcançam porisso qualquer ganho que se possa atribuir à seu poder de comunicação. (B) O autor do texto acredita que muita gente se vale de um palavreado rebuscado para intimidar ou mesmo calar os interlocutores menos cultos. (C) Ficou evidente que D. Glorinha buscava ilustrar as pessoas cujo vocabulário menos reduzido as deixasse impressionadas com tamanho requinte. (D) O termo “solangês”, tratando-se de um neologismo, aplica-se aos casos segundo os quais quem fala de modo rebarbativo parece aludir a tal Solange. (E) Não é difícil encontrar, aqui e ali, pessoas cujo intento é se apoderar de um alto vocabulário, tendo em vista o propósito de vir a impressionar quem não tem.</p>
<p>6. É exemplo de construção na voz passiva o segmento sublinhado na seguinte frase:</p> <p>(A) Ainda ontem <u>fui tomado de risos</u> ao ler um trechinho de crônica. (B) A Solange <u>toma especial cuidado</u> com a escolha dos vocábulos. (C) D. Glorinha e sua filha <u>não partilham do mesmo gosto</u> pelo requinte verbal. (D) O enrubescimento da mãe <u>revelou seu desconforto</u> diante da observação da filha. (E) Lembro-me de uma visita <u>que recebemos em casa</u>, há muito tempo.</p>	<p>10. Está plenamente adequada a pontuação do seguinte período:</p> <p>(A) Acredita-se sobretudo entre os estudiosos da linguagem, que por não haver dois sinônimos perfeitos, há que se empregar com toda a precisão os vocábulos de uma língua, ainda que com isso, se corra o risco de passar por pernóstico. (B) Acredita-se, sobretudo entre os estudiosos da linguagem que, por não haver dois sinônimos perfeitos há que se empregar, com toda a precisão, os vocábulos de uma língua ainda que com isso, se corra o risco de passar por pernóstico. (C) Acredita-se sobretudo entre os estudiosos da linguagem que, por não haver dois sinônimos perfeitos, há que se empregar com toda a precisão, os vocábulos de uma língua ainda que, com isso, se corra o risco de passar por pernóstico. (D) Acredita-se, sobretudo, entre os estudiosos da linguagem, que, por não haver dois sinônimos perfeitos, há que se empregar com toda a precisão, os vocábulos de uma língua, ainda que com isso, se corra o risco de passar por pernóstico. (E) Acredita-se, sobretudo entre os estudiosos da linguagem, que, por não haver dois sinônimos perfeitos, há que se empregar com toda a precisão os vocábulos de uma língua, ainda que com isso se corra o risco de passar por pernóstico.</p>
<p>7. <i>Por falta de preparo linguístico não sabia como atender a seu pedido.</i></p> <p>Caso se dê uma nova redação à frase acima, iniciando-se por <i>Não sabia como atender a seu pedido</i>, a complementação que não traz prejuízo para o sentido e a correção é:</p> <p>(A) mesmo porque não teria preparo linguístico. (B) haja visto minha despreparação linguística. (C) tendo em mira minha despreparação linguística. (D) em razão de meu despreparo linguístico. (E) não obstante meu despreparo na linguística.</p>	

**Matemática e Raciocínio Lógico**

11. Somando-se um mesmo número ao numerador e ao denominador da fração $\frac{3}{5}$, obtém-se uma nova fração, cujo valor é 50% maior do que o valor da fração original. Esse número está entre
- (A) 1 e 4.
(B) 5 e 8.
(C) 9 e 12.
(D) 13 e 16.
(E) 17 e 20.
-
12. Em uma escola privada, 22% dos alunos têm bolsa de estudo, sendo os demais pagantes. Se 2 em cada 13 alunos pagantes ganharem bolsa de estudo, a escola passará a contar com 2.210 alunos bolsistas. Dessa forma, o número atual de alunos bolsistas é igual a
- (A) 1.430.
(B) 340.
(C) 910.
(D) 1.210.
(E) 315.
-
13. Um vereador afirmou que, no último ano, compareceu a todas as sessões da Câmara Municipal e não empregou parentes em seu gabinete. Para que essa afirmação seja falsa, é necessário que, no último ano, esse vereador
- (A) tenha faltado em todas as sessões da Câmara Municipal ou tenha empregado todos os seus parentes em seu gabinete.
(B) tenha faltado em pelo menos uma sessão da Câmara Municipal e tenha empregado todos os seus parentes em seu gabinete.
(C) tenha faltado em pelo menos uma sessão da Câmara Municipal ou tenha empregado um parente em seu gabinete.
(D) tenha faltado em todas as sessões da Câmara Municipal e tenha empregado um parente em seu gabinete.
(E) tenha faltado em mais da metade das sessões da Câmara Municipal ou tenha empregado pelo menos um parente em seu gabinete.
-
14. Em um planeta fictício X, um ano possui 133 dias de 24 horas cada, dividido em 7 meses de mesma duração. No mesmo período em que um ano terrestre não bissexto é completado, terão sido transcorridos no planeta X, exatamente,
- (A) 1 ano, 6 meses e 4 dias.
(B) 2 anos e 4 dias.
(C) 2 anos e 14 dias.
(D) 2 anos, 5 meses e 14 dias.
(E) 2 anos, 5 meses e 4 dias.
-
15. A rede de supermercados "Mais Barato" possui lojas em 10 estados brasileiros, havendo 20 lojas em cada um desses estados. Em cada loja, há 5.000 clientes cadastrados, sendo que um mesmo cliente não pode ser cadastrado em duas lojas diferentes. Os clientes cadastrados recebem um cartão com seu nome, o nome da loja onde se cadastraram e o número "Cliente Mais Barato", que é uma sequência de quatro algarismos. Apenas com essas informações, é correto concluir que, necessariamente,
- (A) existe pelo menos um número "Cliente Mais Barato" que está associado a 100 ou mais clientes cadastrados.
(B) os números "Cliente Mais Barato" dos clientes cadastrados em uma mesma loja variam de 0001 a 5000.
(C) não há dois clientes cadastrados em um mesmo estado que possuam o mesmo número "Cliente Mais Barato".
(D) existem 200 clientes cadastrados no Brasil que possuem 0001 como número "Cliente Mais Barato".
(E) não existe um número "Cliente Mais Barato" que esteja associado a apenas um cliente cadastrado nessa rede de supermercados.

**Informática**

Atenção: As questões de números 16 a 20 referem-se ao texto abaixo.

Paulo trabalha como Analista Judiciário no Tribunal Regional do Trabalho e no dia-a-dia executa um conjunto de tarefas que utilizam os recursos computacionais de hardware e software.

O computador utilizado por Paulo e pelos demais funcionários do Tribunal (exceto os computadores servidores) são padronizados com a seguinte configuração:

- *Processador Intel Atom Dual Core D525 com Clock Speed de 1.8 GHz, L2 Cache de 1 MB, 64-bits;*
- *4 GB de memória DDR3 (2x2GB);*
- *HD de 400 GB;*
- *Leitor e gravador CD/DVD;*
- *Placa mãe IPX525-D3;*
- *Placa de vídeo integrada 384 MB;*
- *Placa de som integrada;*
- *Placa de rede 10/100;*
- *6 Portas USB;*
- *Teclado, mouse e caixas de som padrão;*
- *Fonte de alimentação de 250 W;*
- *Voltagem suportada de 110/220;*
- *Consumo de energia de 10 Kw/h;*
- *Monitor LED 15,6".*

Nesses computadores estão instalados os seguintes softwares:

- *Windows 7 Professional em português;*
- *Microsoft Office 2010 Professional em português;*
- *Mozilla Firefox.*
- *Internet Explorer.*

Dentre os trabalhos realizados por Paulo no dia-a-dia estão:

- *Edição de contratos, emissão de pareceres e confecção de atas de reunião;*
- *Realização de tarefas relacionadas à administração patrimonial, orçamentária, financeira, de recursos humanos, de materiais e geração de gráficos demonstrativos;*
- *Apresentação em slides dos resultados de demonstrativos de pautas de treinamentos e reuniões;*
- *Criação, compartilhamento e gerenciamento de pastas e arquivos em diversas unidades de disco como HDs, CDs, DVDs e pen drives;*
- *Navegação na internet/intranet e uso de mecanismos de busca;*
- *Acesso e gerenciamento de sua conta de e-mail corporativo.*

A comunicação interna no Tribunal se dá principalmente por meio de uma intranet que utiliza a infraestrutura de rede existente. Nela os funcionários do Tribunal podem acessar um conjunto de serviços que inclui consultas ao holerite e informações relacionadas a férias, plano de saúde etc. Além desses serviços a intranet ainda é utilizada para agilizar a troca de informações entre os funcionários, para abertura de ordem de serviços técnicos e para centralizar em um servidor web documentos, formulários e notícias do Tribunal. A troca de informações entre esse servidor e os computadores utilizados pelos funcionários ocorre baseada em um conjunto de regras e padrões de conectividade utilizados também na internet.

A impressão de documentos e conteúdos diversos disponíveis na intranet é permitida por meio de um conjunto de impressoras compartilhadas na rede interna. Para se conectar a diversas outras instituições públicas, a intranet do Tribunal está conectada à internet.

16. De acordo com o texto, a placa de rede do computador de Paulo tem velocidade de transmissão de 10/100. Isso significa que a transmissão de dados pela rede entre o computador de Paulo e um computador servidor com placa de rede de mesma velocidade pode ser de até

- (A) 100 megabits por segundo.
- (B) 100 megabytes por segundo.
- (C) 10 megabytes por segundo.
- (D) 100 megabits por minuto.
- (E) 1000 megabits por segundo.



17. Considere que a planilha abaixo foi criada por Paulo utilizando-se o *Microsoft Excel 2010* em português.

	A	B	C	D	E
1	Planilha de contagem do inventário físico				
2					
3	Número da planilha:	00001		Data:	10/11/2012
4	Executado por:	Paulo da Silva		Dep.:	Compras
5					
6	Nº do inventário	Descrição do item	Preço de compra	Quantidade	Total
7	001/2012	Cadeira executiva para escritório	R\$ 539,56	200	R\$ 107.912,00
8	001/2013	Mesa para escritório em L - linha executiva	R\$ 1.580,00	156	R\$ 246.480,00
9	001/2014	Impressora LaserJet Pro 400	R\$ 1.017,00	20	R\$ 20.340,00
10	001/2015	Computador com processador Intel Atom	R\$ 2.230,78	78	R\$ 174.000,84

As células da planilha, por padrão, são configuradas com formato Geral, o que significa que não é definido um formato de número específico para elas. Nessas condições, ao se digitar o valor 00001 na célula B3, esse valor seria modificado automaticamente para 1. Porém, como pode-se notar, o valor visível nessa célula é 00001. Para que os zeros à esquerda não desaparecessem, foi digitado nessa célula **I**.

Note que o título da planilha, na célula A1, está centralizado e estendido por 5 colunas. Isso foi conseguido por meio da utilização da ferramenta **II**.

A fórmula presente na célula E7, que foi arrastada para as células E8, E9 e E10 de forma que os cálculos foram feitos automaticamente, é **III**.

As lacunas **I**, **II** e **III** deverão ser preenchidas, correta e respectivamente, por

	I	II	III
A	'00001'	Mesclar e Centralizar	=C7*\$D\$7
B	CHAR(00001)	Mesclar Células	=C7*D7
C	String(00001)	Mesclar Células	=C\$7*D\$7
D	"00001	Agrupar Células	=C7*D7
E	'00001	Mesclar e Centralizar	=C7*D7

18. Sabendo que uma intranet utiliza a infraestrutura de rede da empresa e fazendo uso das informações contidas no texto, considere que o computador de Paulo pode se comunicar com o computador servidor do Tribunal porque os recursos necessários estão fisicamente localizados em um raio de até 500 metros dentro do prédio do Tribunal, incluindo o computador de Paulo e o servidor. Isso significa que a rede utilizada é do tipo

- (A) WAN.
- (B) CAN.
- (C) LAN.
- (D) MAN.
- (E) ADSL.



19. Considere que a tabela abaixo foi criada por Paulo utilizando o *Microsoft Word 2010* em português. Considere também que NÃO foi realizada nenhuma modificação na estrutura da tabela após suas células terem sido criadas.

Tabela de contagem do inventário físico				
Número da planilha:	00001		Data:	10/11/2012
Executado por:	Paulo da Silva		Dep.:	Compras
Nº do inventário	Descrição do item	Preço de compra	Quantidade	Total
001/2012	Cadeira executiva para escritório	R\$ 539,56	200	R\$ 107.912,00
001/2013	Mesa para escritório em L – linha executiva	R\$ 1.580,00	156	R\$ 246.480,00
001/2014	Impressora LaserJet Pro 400	R\$ 1.017,00	20	R\$ 20.340,00
001/2015	Computador com processador Intel Atom	R\$ 2.230,78	78	R\$ 174.000,84

Baseado nas características da tabela, conclui-se que ela foi criada clicando-se inicialmente na guia Inserir, em seguida na ferramenta Tabela e, em seguida, na opção

- (A) Desenhar Tabela.
- (B) Converter Texto em Tabela.
- (C) Inserir Tabela.
- (D) Tabela Personalizada.
- (E) Tabela Dinâmica.

20. Considere as tarefas realizadas por Paulo e os respectivos *softwares* necessários para realizá-las.

Tarefas realizadas:

- A. Edição de contratos, emissão de pareceres e confecção de atas de reunião.
- B. Navegação e trabalho na intranet.
- C. Criação de documentos para controle e cálculo de materiais, inventários, orçamentos e demais controles financeiros.
- D. Apresentação em slides de resultados de demonstrativos e de pautas de treinamento e reuniões.
- E. Criação, compartilhamento e gerenciamento de pastas e arquivos em diversas unidades de disco.
- F. Geração de gráficos demonstrativos.
- G. Gravação de CDs e DVDs.
- H. Navegação na internet e uso de mecanismos de busca.
- I. Configuração de compartilhamento de impressora.

Softwares:

1. *Windows 7.*
2. *Microsoft Word 2010.*
3. *Microsoft Excel 2010.*
4. *Microsoft Power Point 2010.*
5. *Mozilla Firefox.*
6. *Internet Explorer.*

Corresponde a uma associação correta:

- (A) 1-E-G; 2-A; 3-C; 4-F; 5 e 6-B-H-I.
- (B) 1-E-I; 2-A-G; 3-F-C; 4-D; 5-H; 6-B.
- (C) 1-G-I; 2-A-F; 3-C; 4-D-E; 5-B; 6-H.
- (D) 1-E-G-I; 2-A; 3-C-F; 4-D; 5 e 6-B-H.
- (E) 1-B-E-G-I; 2-A; 3-C; 4-D-I; 5 e 6-H-F.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

21. O artigo 5º, *caput*, da Lei nº 12.034/09 criou, para vigorar “a partir das eleições de 2014, inclusive, o voto impresso conferido pelo eleitor”. Entre outras regras, estabeleceu em seus parágrafos que, “após a confirmação final do voto pelo eleitor, a urna eletrônica imprimirá um número único de identificação do voto associado à sua própria assinatura digital”, a fim de viabilizar a realização de auditoria de urnas eletrônicas, por amostragem, por meio da contagem dos seus votos em papel e comparação com os resultados apresentados pelo respectivo boletim de urna. Em sessão realizada em outubro de 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu medida cautelar em sede de ação direta de inconstitucionalidade, proposta pelo Procurador-Geral da República, para suspender a eficácia do referido dispositivo legal, na íntegra.

Nesse caso:

- I. A questão de mérito posta à deliberação do STF diz respeito à compatibilidade de dispositivos de lei federal com a Constituição da República, em face do direito fundamental ao voto secreto, considerado mecanismo de exercício da soberania popular, matéria protegida inclusive contra proposta de emenda à Constituição que tenda à sua abolição.
- II. O Procurador-Geral da República possui legitimidade para a propositura da ação e prescinde da demonstração de pertinência temática para esse fim, a exemplo do que ocorre, entre outros legitimados, com o Presidente da República e os partidos políticos com representação no Congresso Nacional.
- III. O *quorum* exigido para a decisão proferida no caso em tela é o da maioria absoluta dos membros do STF, devendo estar presentes na sessão pelo menos oito Ministros.
- IV. A decisão proferida por STF, no caso, é dotada de eficácia contra todos e produz efeitos *ex nunc*.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) I, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

22. Considere a hipótese de tramitarem perante as Casas do Congresso Nacional as seguintes proposições legislativas:

- I. Projeto de lei ordinária tendo por objeto o estabelecimento de normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
- II. Projeto de lei complementar visando à organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios, bem como organização administrativa destes.
- III. Projeto de lei complementar concedendo autorização para que os Estados legislem sobre questões específicas em matéria de proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.
- IV. Projeto de lei complementar concedendo autorização para que os Estados legislem sobre questões específicas em matéria de direito do trabalho.

Diante da repartição constitucional de competências entre os entes da Federação, deveria cessar a tramitação dos projetos referidos em

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) I e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

23. Na hipótese de uma Turma do Tribunal Regional do Trabalho deparar-se com questão ainda não examinada pelo Supremo Tribunal Federal, atinente à constitucionalidade de lei, prejudicial à decisão de um caso concreto submetido a seu julgamento, o órgão julgador, em virtude do quanto dispõe a Constituição da República,

- (A) estará impedido de pronunciar-se, até que sobrevenha decisão sobre a constitucionalidade da lei proferida pelo Supremo Tribunal Federal, ao qual compete a guarda da Constituição.
- (B) estará impedido de pronunciar-se, até que sobrevenha decisão sobre a constitucionalidade da lei proferida pelo Tribunal Superior do Trabalho, instância jurisdicional final em matéria trabalhista.
- (C) poderá afastar a incidência da lei, desde logo, mas não declarar sua inconstitucionalidade expressamente, sem que haja decisão anterior proferida a esse respeito pela maioria absoluta dos membros do Tribunal Regional do Trabalho ou de seu Órgão Especial.
- (D) não poderá declarar a inconstitucionalidade da lei, tampouco afastar sua incidência, sem que haja decisão anterior proferida a esse respeito pela maioria absoluta dos membros do Tribunal Regional do Trabalho ou de seu Órgão Especial.
- (E) poderá declarar a inconstitucionalidade da lei, bem como afastar sua incidência, independentemente da existência de decisão anterior proferida a esse respeito por outras instâncias da Justiça do Trabalho ou pelo Supremo Tribunal Federal, por se tratar de decisão a ser tomada em sede de controle difuso de constitucionalidade.

24. Tendo um cidadão formulado denúncia de suposto desvio de verbas públicas por dirigente de autarquia federal perante o Tribunal de Contas da União (TCU), requereu o dirigente em questão que lhe fosse revelada a identidade do autor da denúncia, a fim de que pudesse tomar as medidas eventualmente cabíveis em defesa de seus interesses, pedido este que, contudo, foi rejeitado pelo Presidente do TCU. Nesta hipótese, o remédio constitucional adequado para fazer valer a pretensão do dirigente da autarquia perante o TCU seria o

- (A) mandado de injunção, de competência do Supremo Tribunal Federal.
- (B) mandado de segurança, de competência do Superior Tribunal de Justiça.
- (C) *habeas data*, de competência do Supremo Tribunal Federal.
- (D) *habeas data*, de competência do Superior Tribunal de Justiça.
- (E) mandado de segurança, de competência do Supremo Tribunal Federal.



25. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) pretende rever, de ofício, processos disciplinares julgados no ano de 2012 contra juízes do Trabalho que tenham resultado em imposição de penas disciplinares. Considerada a disciplina constitucional da matéria, o CNJ

- (A) não poderá proceder à revisão, por não possuir competência para rever processos disciplinares já julgados.
- (B) não poderá proceder à revisão, por não possuir competência para rever processos disciplinares senão mediante provocação.
- (C) não poderá proceder à revisão, por não possuir competência para rever processos disciplinares julgados contra juízes e membros da Justiça do Trabalho, que conta com Conselho Superior próprio para esse fim.
- (D) poderá proceder à revisão, desde que se restrinja aos processos disciplinares julgados há menos de um ano.
- (E) poderá proceder à revisão, a qualquer tempo, por estar autorizado pela Constituição da República a fazê-lo de ofício ou mediante provocação.

26. Considerada a disciplina constitucional do Ministério Público, dentre as funções essenciais à Justiça, é correto afirmar:

- (A) Aos membros do Ministério Público é garantida inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do órgão colegiado competente, pelo voto de dois terços de seus membros, assegurada ampla defesa.
- (B) O Ministério Público do Trabalho integra o Ministério Público da União, tendo por chefe o Procurador-Geral da República, o qual é nomeado pelo Presidente da República, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.
- (C) O controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público compete ao Conselho Nacional do Ministério Público, que se compõe de quinze membros nomeados pelo Presidente da República, dentre os quais seis oriundos de carreiras jurídicas alheias à do Ministério Público.
- (D) Leis complementares, de iniciativa facultada ao Procurador-Geral da República, estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União e dos Ministérios Públicos dos Estados.
- (E) As funções do Ministério Público só podem ser exercidas por integrantes da carreira, que deverão residir na comarca da respectiva lotação, salvo autorização do Tribunal perante o qual oficiem.

Direito Administrativo

27. Durante regular fiscalização, fiscais de determinada municipalidade identificaram que um estabelecimento comercial do setor de bares e restaurantes estava utilizando indevidamente a calçada para instalação de mesas e cadeiras. Os agentes municipais, considerando que estavam devidamente autorizados pela lei, no correto desempenho de suas funções,
- (A) apreenderam as mesas e cadeiras e multaram o estabelecimento, no exercício de seu poder disciplinar.
 - (B) interditaram o estabelecimento, no exercício de seu poder de tutela administrativa.
 - (C) apreenderam as mesas e cadeiras irregulares e multaram o estabelecimento, no exercício do poder de polícia.
 - (D) multaram o estabelecimento e determinaram a instauração de processo de interdição do estabelecimento, como expressão de seu poder hierárquico.
 - (E) interditaram o estabelecimento e apreenderam todo o mobiliário da calçada, como expressão de seu poder de autotutela.
28. Não dispondo de recursos financeiros, o Poder Público pretende delegar a execução material de serviço público de sua titularidade a particular para que ele possa explorá-lo e dele se remunerar. De acordo com o ordenamento jurídico vigente, o poder público pode
- (A) firmar contrato de concessão de serviço público, precedido de licitação.
 - (B) outorgar a titularidade do serviço público por meio de ato normativo, precedido de licitação.
 - (C) editar decreto transferindo a concessão do serviço público ao particular, independentemente de licitação.
 - (D) celebrar convênio para trespasse da exploração do serviço público, precedido de licitação.
 - (E) celebrar contrato de permissão de serviço público, declarando-se prévia inexigibilidade de licitação.
29. Distinguem-se as autarquias das sociedades de economia mista que exploram atividade econômica, dentre outras características, em função de
- (A) não serem dotadas de autonomia e personalidade jurídica própria, embora submetidas ao regime jurídico de direito privado.
 - (B) seu regime jurídico de direito público, exceto quanto ao processo de execução ao qual se submetem, típico do direito privado.
 - (C) sua criação ser autorizada por lei, bem como por se submeterem tanto ao regime jurídico público, quanto ao regime jurídico privado.
 - (D) serem criadas por lei, bem como em função de seu regime jurídico de direito público.
 - (E) se submeterem a processo especial de execução, que excetua o regime dos precatórios, embora não afaste a prescribibilidade de seus bens.
30. Durante estágio probatório, determinado servidor que acabou de entrar no serviço público, praticou atos incompatíveis com a assiduidade e disciplina esperados. Em consequência, nos termos da legislação vigente, ele não deve ser confirmado no cargo e, dessa forma, será
- (A) readaptado.
 - (B) demitido
 - (C) reconduzido.
 - (D) expulso.
 - (E) exonerado.



<p>31. O motorista de um automóvel de passeio trafegava na contra-mão de direção de uma avenida quando colidiu com uma ambulância estadual que transitava na mão regular da via, em alta velocidade porque acionada a atender uma ocorrência. A responsabilidade civil do acidente deve ser imputada</p> <p>(A) ao civil que conduzia o veículo e invadiu a contra-mão, dando causa ao acidente, não havendo nexó de causalidade para ensejar a responsabilidade do Estado.</p> <p>(B) ao Estado, uma vez que um veículo estadual (ambulância) estava envolvido no acidente, o que enseja a responsabilidade objetiva.</p> <p>(C) ao Estado, sob a modalidade subjetiva, devendo ser comprovada a culpa do motorista da ambulância.</p> <p>(D) tanto ao civil quanto ao Estado, sob a responsabilidade subjetiva, em razão de culpa concorrente.</p> <p>(E) ao civil que conduzia o veículo, que responde sob a modalidade objetiva no que concerne aos danos apurados na viatura estadual.</p>	<p>34. Considere as proposições abaixo em relação ao contrato individual de trabalho.</p> <p>I. Para fins de contratação, o empregador não exigirá do candidato a emprego comprovação de experiência prévia por tempo superior a seis meses no mesmo tipo de atividade.</p> <p>II. O contrato por prazo determinado só será válido em se tratando de serviço transitório e contrato de experiência.</p> <p>III. O contrato de trabalho por prazo determinado não poderá ser estipulado por mais de um ano.</p> <p>IV. As relações contratuais de trabalho podem ser objeto de livre estipulação das partes interessadas.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I e IV.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) III e IV.</p> <p>(E) II e IV.</p>
<p>32. Determinado administrador público adquiriu, sem licitação, dois veículos para uso da repartição pública que chefia. Em decorrência dessa aquisição, obteve desconto considerável na aquisição de outro veículo, com recursos próprios, para sua utilização. Em razão dessa conduta,</p> <p>(A) pode restar configurado ato de improbidade, desde que reste comprovado prejuízo pecuniário.</p> <p>(B) não poderá ser configurado ato de improbidade, salvo no que concerne à aquisição do veículo com recursos próprios, pois se valeu de vantagem obtida em razão do cargo.</p> <p>(C) pode restar configurado ato de improbidade, independentemente da ocorrência de prejuízo pecuniário.</p> <p>(D) não pode configurar ato de improbidade, mas pode configurar ilícito penal, independentemente da ocorrência de prejuízo pecuniário.</p> <p>(E) fica configurado ato de improbidade, devendo ser responsabilizado o agente estatal independentemente de dolo ou culpa, mas devendo ser comprovado prejuízo pecuniário.</p>	<p>35. Considera-se como regras de proteção à maternidade, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho:</p> <p>(A) licença de cento e vinte dias, sem prejuízo do emprego e do salário, e estabilidade no emprego pelo período desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.</p> <p>(B) licença de cento e vinte dias, sem prejuízo do emprego e do salário, e estabilidade no emprego pelo período desde a confirmação da gravidez até cento e oitenta dias após o parto.</p> <p>(C) licença de cento e oitenta dias, sem prejuízo do emprego e do salário, e estabilidade no emprego pelo período desde a confirmação da gravidez até cento e vinte dias após o parto.</p> <p>(D) licença de cinco meses, sem prejuízo do emprego e do salário, e estabilidade no emprego pelo período desde a confirmação da gravidez até cento e vinte dias após o parto.</p> <p>(E) licença de cento e vinte dias, sem prejuízo do emprego e do salário e, apenas para as empregadas urbanas, estabilidade no emprego pelo período desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.</p>
<p style="text-align: center;">Direito do Trabalho</p> <p>33. O prazo prescricional para reclamar créditos resultantes das relações de trabalho, conforme previsão legal e entendimento sumulado do TST, é de</p> <p>(A) dois anos para os trabalhadores rurais, até o limite de cinco anos após a extinção do contrato de trabalho.</p> <p>(B) cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.</p> <p>(C) dois anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de cinco anos após a extinção do contrato de trabalho.</p> <p>(D) trinta anos para reclamar contra o não recolhimento da contribuição para o FGTS.</p> <p>(E) trinta anos para reclamar contra o não recolhimento da contribuição para o FGTS, observado o prazo de cinco anos após o término do contrato de trabalho.</p>	<p>36. Em relação ao intervalo para repouso e alimentação é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) Em qualquer trabalho que exceda de seis horas, será concedido intervalo para repouso e alimentação de, no mínimo, uma hora e, no máximo, duas horas.</p> <p>(B) Não excedendo de seis horas o trabalho, será obrigatório um intervalo de quinze minutos.</p> <p>(C) Quando o intervalo para repouso e alimentação não for concedido pelo empregador, este deverá remunerar o período correspondente com um acréscimo de no mínimo cinquenta por cento sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.</p> <p>(D) Quando o intervalo para repouso e alimentação não for concedido pelo empregador, este deverá remunerar o período correspondente com um acréscimo de no mínimo vinte por cento sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.</p> <p>(E) Os intervalos de descanso não serão computados na duração do trabalho.</p>



<p>37. Em relação à equiparação salarial, NÃO corresponde a entendimento sumulado pelo TST:</p> <p>(A) Para efeito de equiparação de salários em caso de trabalho igual, conta-se o tempo de serviço na função e não no emprego.</p> <p>(B) A equiparação salarial só é possível se o empregado e o paradigma exerceram a mesma função, desempenhando as mesmas tarefas, não importando se os cargos têm, ou não, a mesma denominação.</p> <p>(C) Para fins de equiparação salarial, o conceito de mesma localidade refere-se ao mesmo município.</p> <p>(D) É desnecessário que ao tempo da reclamação sobre equiparação salarial, reclamante e paradigma estejam a serviço do estabelecimento, desde que o pedido se relacione com situação pretérita.</p> <p>(E) É do empregador o ônus da prova do fato impeditivo, modificativo ou extintivo da equiparação salarial.</p>	<p>40. De acordo com o entendimento sumulado do TST, em relação à compensação de jornada é correto afirmar:</p> <p>(A) O regime compensatório na modalidade "banco de horas" somente pode ser instituído por negociação coletiva.</p> <p>(B) A prestação de horas extras habituais não caracteriza o acordo de compensação de jornada.</p> <p>(C) O acordo individual para compensação na modalidade "banco de horas" é válido, salvo se houver norma coletiva em sentido contrário.</p> <p>(D) É válido acordo tácito para compensação de jornada, exceto na modalidade "banco de horas".</p> <p>(E) A descaracterização do acordo de compensação em razão da prestação de horas extras habituais implica o pagamento em dobro das horas excedentes à jornada normal, inclusive em relação às que tenham sido compensadas.</p>
<p>38. Em relação às normas coletivas de trabalho, é correto afirmar:</p> <p>(A) Convenção Coletiva de Trabalho é o acordo de caráter normativo pelo qual se estipulam condições de trabalho aplicáveis, no âmbito da empresa ou das empresas acordantes, às respectivas relações de trabalho.</p> <p>(B) Acordo Coletivo de Trabalho é o acordo de caráter normativo pelo qual se estipulam condições de trabalho aplicáveis, no âmbito das respectivas representações, às relações individuais de trabalho.</p> <p>(C) O processo de prorrogação de Convenção ou Acordo será automático, desde que não haja manifestação expressa em sentido contrário da Assembleia Geral dos sindicatos convenentes.</p> <p>(D) Não será permitido estipular duração de Convenção ou Acordo superior a quatro anos.</p> <p>(E) Os sindicatos representativos de categorias econômicas ou profissionais e as empresas, inclusive as que não tenham representação sindical, quando provocados, não podem recusar-se à negociação coletiva.</p>	<p style="text-align: center;">Direito Processual do Trabalho</p> <p>41. A Constituição da República Federativa do Brasil apresenta normas relativas à organização e competência da Justiça do Trabalho. Segundo tais normas, é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) o Tribunal Superior do Trabalho compor-se-á de vinte e sete Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal.</p> <p>(B) funcionará junto ao Tribunal Superior do Trabalho o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, cabendo-lhe exercer, na forma da lei, a supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo grau, como órgão central do sistema, cujas decisões terão efeito vinculante.</p> <p>(C) haverá pelo menos um Tribunal Regional do Trabalho em cada Estado e no Distrito Federal, e a lei instituirá as Varas do Trabalho, podendo, nas comarcas onde não forem instituídas, atribuir jurisdição aos juízes de direito, com recurso para o respectivo Tribunal de Justiça.</p> <p>(D) compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho.</p> <p>(E) os Tribunais Regionais do Trabalho compõem-se de, no mínimo, sete juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região, e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos.</p>
<p>39. Em relação ao direito de greve, é correto afirmar:</p> <p>(A) Ao servidor público civil é garantido o exercício livre e amplo do direito de greve.</p> <p>(B) É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a sua extensão e fixar quais as atividades que serão consideradas como essenciais para fins de delimitação do movimento.</p> <p>(C) Considera-se legítimo exercício do direito de greve a suspensão coletiva, temporária e total, de prestação pessoal de serviços a empregador.</p> <p>(D) São assegurados aos grevistas, dentre outros direitos, o emprego de meios pacíficos tendentes a persuadir ou aliciar os trabalhadores a aderirem à greve, a arrecadação de fundos e a livre divulgação do movimento.</p> <p>(E) Compete aos sindicatos a garantia, durante a greve, da prestação dos serviços indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.</p>	<p>42. Minerva, domiciliada no município de Duque de Caxias, foi contratada no município de Resende para trabalhar na empresa Olimpo Empreendimentos. Durante todo o contrato de trabalho trabalhou no município de Friburgo, sede da sua empregadora. Após três anos de labor, Minerva foi dispensada. Para receber as verbas rescisórias que não foram pagas, a comarca competente para o ajuizamento de reclamação trabalhista é a do município de</p> <p>(A) Resende, porque é o local onde foi firmado o contrato de trabalho.</p> <p>(B) Friburgo, porque é o local da prestação dos serviços da trabalhadora.</p> <p>(C) Duque de Caxias, porque é o local do domicílio da reclamante.</p> <p>(D) Rio de Janeiro, porque, além de ser a Capital do Estado, é a sede do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região.</p> <p>(E) Duque de Caxias, Resende ou Friburgo, pois não há regra na CLT – Consolidação das Leis do Trabalho regulando a competência territorial.</p>



43. Considerando-se os princípios gerais do processo aplicáveis ao processo judiciário trabalhista é correto afirmar:
- (A) A irrecorribilidade das decisões interlocutórias é um dos aspectos da oralidade, plenamente identificado no processo trabalhista.
 - (B) Não se aplica o princípio da concentração dos atos processuais em audiência, como ocorre no processo comum.
 - (C) Não há omissão das normas processuais na Consolidação das Leis do Trabalho que justifique a aplicação subsidiária do processo comum.
 - (D) Havendo omissão das normas processuais na Consolidação das Leis do Trabalho fica a critério de cada Juiz a aplicação do direito processual comum, cujo critério para adoção é a concordância das partes.
 - (E) A execução trabalhista poderá ser promovida apenas pelas partes interessadas, não havendo o impulso oficial "ex officio" pelo próprio Juiz competente.
44. Hermes manteve contrato de trabalho com a empresa Gama Transportadora de Cargas por três anos, sendo dispensado por justa causa, sem receber nenhuma verba rescisória. Procurou a Vara do Trabalho do município para ajuizar reclamação trabalhista. Conforme previsão contida na Consolidação das Leis do Trabalho e jurisprudência atual e sumulada pelo TST, Hermes
- (A) deve necessariamente constituir advogado para a propositura da reclamação trabalhista.
 - (B) pode postular sem a necessidade de advogado em todas as instâncias da Justiça do Trabalho.
 - (C) pode propor a reclamação trabalhista sem constituir advogado, apenas na primeira instância.
 - (D) não precisa constituir advogado para atuar em todas as instâncias da Justiça do Trabalho, desde que esteja assistido pelo Sindicato da Categoria Profissional.
 - (E) pode reclamar pessoalmente perante a Justiça do Trabalho, limitando-se às Varas do Trabalho e aos Tribunais Regionais do Trabalho.
45. Em relação às nulidades nos processos sujeitos à apreciação da Justiça do Trabalho, conforme regras contidas em lei própria, é INCORRETO afirmar que
- (A) só haverá nulidade quando resultar dos atos inquinados manifesto prejuízo às partes litigantes.
 - (B) as nulidades não serão declaradas senão mediante provocação das partes, que poderão as arguir em qualquer fase do processo, desde que antes de sentenciado.
 - (C) a nulidade não será pronunciada quando for possível suprir-se a falta ou repetir-se o ato.
 - (D) quando for arguida por quem lhe tiver dado causa a nulidade não será declarada.
 - (E) a nulidade do ato não prejudicará senão os posteriores que dele dependam ou sejam consequência.
46. Zeus, funcionário de uma empresa pública com contrato regido pelas normas da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho – ajuizou reclamação trabalhista em face da empresa para reclamar o pagamento de gratificação denominada "sexta-parte" e as suas integrações. A ação foi distribuída na 1ª Vara do Trabalho da cidade do Rio de Janeiro. O advogado de Zeus informou-lhe que o Juiz Titular daquela Vara, em outros processos análogos, rejeitou o referido pedido. Para que o processo não fosse julgado por aquele Juiz, Zeus deliberadamente ofendeu o magistrado em audiência, inclusive ameaçando-o de morte. Conforme norma expressa da CLT, na presente situação está configurada a suspeição do Juiz?
- (A) Sim, por configurar o interesse na causa por parte do Juiz.
 - (B) Não, porque não é caso de parentesco por consanguinidade até o terceiro grau civil.
 - (C) Sim, pelo risco da manutenção de sua integridade física.
 - (D) Não, porque o litigante procurou de propósito o motivo de que se originaria a suspeição.
 - (E) Não, por não haver previsão na CLT de que a inimizade pessoal possa gerar suspeição do Juiz.
47. Atenas, em dezembro de 2012, ajuizou reclamação trabalhista em face da sua empregadora Celestial Cosméticos e Perfumes S/A postulando apenas uma indenização por ofensas e danos morais, no valor que foi atribuído à causa de R\$ 6.220,00 (seis mil duzentos e vinte reais), equivalentes a 10 salários mínimos na época da propositura da ação. Para comprovar suas alegações, conforme previsão legal, a quantidade máxima de testemunhas que Atenas poderá indicar é de
- (A) três.
 - (B) cinco.
 - (C) duas.
 - (D) quatro.
 - (E) seis.
48. Sobre os recursos no Processo do Trabalho, conforme previsão legal é correto afirmar:
- (A) O Agravo de Instrumento é o recurso cabível para questionar as decisões interlocutórias, devendo ser interposto no prazo de 8 (oito) dias.
 - (B) No Tribunal Superior do Trabalho cabem Embargos, no prazo de 8 (oito) dias das decisões das Turmas que divergirem entre si, ou das decisões proferidas pela Seção de Dissídios Individuais, ainda que a decisão recorrida esteja em consonância com súmula ou orientação jurisprudencial do próprio TST.
 - (C) Cabe Recurso Ordinário para a instância superior das decisões definitivas ou terminativas dos Tribunais Regionais, em processos de sua competência originária, no prazo de 15 (quinze) dias, quer nos dissídios individuais, quer nos dissídios coletivos.
 - (D) O Recurso de Revista, interposto em 10 (dez) dias, dotado dos efeitos suspensivo e devolutivo, será apresentado ao Presidente do Tribunal recorrido, que poderá recebê-lo ou denegá-lo, fundamentando, em qualquer caso, a decisão.
 - (E) O Agravo de Petição só será recebido quando o agravante delimitar, justificadamente, as matérias e os valores impugnados, permitida a execução imediata da parte remanescente até o final, nos próprios autos ou por carta de sentença.



Direito Civil

49. Ryan, inglês, em uma de suas viagens a lazer pelo Brasil e pelo Estado do Espírito Santo, conheceu Perla, brasileira nata, e ambos iniciaram relacionamento amoroso e casaram-se na cidade de Vitória, onde residiram por cerca de dez anos e adquiriram um imóvel residencial de alto padrão e dois conjuntos comerciais. Do relacionamento entre Ryan e Perla nasceram Pedro e Mariana, também na cidade de Vitória. No mês de Janeiro de 2012 Ryan e Perla mudaram-se definitivamente para a Inglaterra e, no mês de Julho, Ryan faleceu em decorrência de um infarto fulminante. Neste caso, em regra, a sucessão de bens amealhados pelo casal e que estão no Brasil, será regulada pela lei

- (A) brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, independentemente de eventual conteúdo favorável aos herdeiros da lei inglesa.
- (B) inglesa, tendo em vista a nacionalidade de Ryan.
- (C) brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, ou de quem os represente, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do *de cuius*.
- (D) inglesa, tendo em vista o local do falecimento de Ryan.
- (E) brasileira ou inglesa, cabendo aos herdeiros exercer a opção no momento da abertura da sucessão.

50. A Fundação Juju foi regularmente criada para atuar no benefício de crianças carentes e está em plena atividade na cidade do Rio de Janeiro. Uma das pessoas competentes para gerir e representar a Fundação Juju pretende alterar o seu estatuto. Para tanto, a alteração não pode contrariar o fim da Fundação e, além disso, deverá ser deliberada

- (A) pela maioria absoluta dos competentes para gerir e representar a fundação e aprovada pelo órgão do Ministério Público, com possibilidade de suprimento judicial caso este denegue a aprovação.
- (B) por dois terços dos competentes para gerir e representar a fundação e aprovada pelo órgão do Ministério Público, com possibilidade de suprimento judicial caso este denegue a aprovação.
- (C) pela maioria simples dos competentes para gerir e representar a fundação e homologada pelo Juiz competente, após aprovação pelo Ministério Público.
- (D) pela maioria absoluta dos competentes para gerir e representar a fundação e homologada pelo Juiz competente, após aprovação do Ministério Público.
- (E) por todas as pessoas competentes para gerir e representar a fundação e homologada pelo Juiz competente, após aprovação do Ministério Público.

51. A empresa Y, que atua no ramo de cosméticos, situada na cidade do Rio de Janeiro, tem administração coletiva exercida pelos seus dez sócios, nos termos preconizados pelo seu Estatuto Social. Em uma reunião de diretoria, a maioria dos presentes decide tomar uma decisão para o futuro da empresa que contraria o estatuto social e a lei. Neste caso, para Manoel, um dos sócios, inconformado com a decisão tomada pela diretoria da empresa, o direito de anular esta decisão decairá, de acordo com o CC, em

- (A) três anos.
- (B) um ano.
- (C) dois anos.
- (D) quatro anos.
- (E) cinco anos.

52. Sobre o domicílio, de acordo com o Código Civil, é INCORRETO afirmar:

- (A) O militar do Exército tem por domicílio, em regra, a sede do comando a que se encontrar imediatamente subordinado.
- (B) A pessoa jurídica de direito privado, possuindo diversos estabelecimentos em lugares diferentes, cada um deles será considerado domicílio para os atos nele praticados.
- (C) O Agente Diplomático do Brasil que, citado no estrangeiro, alegar extraterritorialidade sem designar onde tem, no país, o seu domicílio, poderá ser demandado no Distrito Federal ou no último ponto do território brasileiro onde o teve.
- (D) Se a administração de pessoa jurídica de direito privado tiver sede no estrangeiro, haver-se-á por domicílio da pessoa jurídica, no tocante às obrigações contraídas por cada uma das suas agências, o lugar do estabelecimento situado no Brasil, a que ela corresponder.
- (E) O domicílio do marítimo é necessário e é considerado o lugar onde o navio estiver matriculado.

53. Sobre os defeitos dos negócios jurídicos, de acordo com o Código Civil brasileiro, considere:

- I. A coação sempre vicia o ato, ainda que exercida por terceiro, e se a parte prejudicada com a anulação do ato não soube da coação exercida por terceiro, só este responde por perdas e danos.
- II. Tratando-se de negócios gratuitos, a anulação por fraude contra credores dispensa que o estado de insolvência do devedor seja conhecido por qualquer uma das partes, mas no caso de contrato oneroso do devedor insolvente é necessário, para a anulação, que a insolvência seja notória ou houver motivo para que ela seja conhecida do outro contratante.
- III. O dolo do representante legal ou convencional de uma das partes só obriga o representado a responder civilmente até a importância do proveito que teve.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II.
- (D) II e III.
- (E) III.

54. Miguel ajuizou ação de indenização contra Mauro, julgada procedente. Antes de transitar em julgado a sentença, quando ainda tramitava recurso de apelação, Mauro e Miguel resolveram assinar um termo, aumentando em um ano o prazo prescricional para cobrança das despesas desembolsadas pelas partes no curso do litígio. Mantida a sentença pelo E. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, para cobrança das despesas despendidas em juízo do vencido Mauro, Miguel terá, a partir do trânsito em julgado, o prazo prescricional, de acordo com o CC, de

- (A) 6 anos.
- (B) 5 anos.
- (C) 3 anos.
- (D) 1 ano.
- (E) 2 anos.

**Direito Processual Civil**

55. No que concerne ao litisconsórcio, é correto afirmar:
- (A) O pedido de limitação do litisconsórcio suspende o prazo para resposta, que voltará a correr a partir da intimação da decisão.
 - (B) A citação de litisconsorte ativo necessário é desnecessária, porque os seus interesses já estão representados pelo que ajuizou a demanda.
 - (C) A sentença prolatada sem a citação de um dos litisconsortes necessários não tem validade, mesmo se lhe for favorável.
 - (D) O desmembramento do litisconsórcio facultativo multitudinário quando o número de litigantes comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa poderá ser determinado de ofício pelo juiz.
 - (E) Há litisconsórcio necessário quando entre duas ou mais pessoas houver comunhão de direitos e de obrigações relativamente à lide.
-
56. Só pode ser proposta no foro
- (A) da situação da coisa a ação de nunciação de obra nova.
 - (B) do local do fato a ação de reparação de dano sofrido em razão de acidente de veículos.
 - (C) do domicílio do autor a ação em que houver dois ou mais réus com diferentes domicílios.
 - (D) do domicílio do alimentante a ação em que se pedem alimentos.
 - (E) do Distrito Federal a ação em que a União for ré.
-
57. No procedimento ordinário,
- (A) como o pedido deve ser certo e determinado, não pode o autor formular pedido alternativo.
 - (B) pode ser formulado pedido genérico quando a determinação do valor da condenação depender de ato que deva ser praticado pelo réu.
 - (C) não cabe pedido cominatório para as obrigações de entrega de coisa.
 - (D) não há possibilidade de cumulação, num único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, se entre eles não houver conexão.
 - (E) não se incluem juros moratórios na condenação se não tiverem sido expressamente postulados na petição inicial.
-
58. A respeito da ação civil pública, considere:
- I. As associações legitimadas não podem ajuizar a ação civil pública se o fato foi objeto de inquérito civil arquivado pelo Ministério Público.
 - II. A multa diária cominada liminarmente pelo juiz na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer será exigível do réu após o trânsito em julgado da decisão favorável ao autor, mas será devida desde o dia em que se houver configurado o descumprimento.
 - III. O Ministério Público, se não intervier no processo como parte, atuará obrigatoriamente como litisconsorte da parte autora.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e II.
 - (B) I e III.
 - (C) II.
 - (D) II e III.
 - (E) III.
-
59. Na apelação,
- (A) a decisão que relevar a pena de deserção pode ser objeto de agravo de instrumento.
 - (B) o recorrente não poderá desistir do recurso sem a anuência dos litisconsortes.
 - (C) o prazo para responder é de 10 dias, quando a sentença tiver sido proferida em audiência.
 - (D) constatando a ocorrência de nulidade sanável, o tribunal poderá determinar a realização ou renovação do ato processual, intimadas as partes.
 - (E) a aceitação expressa ou tácita da sentença não impede a interposição e o conhecimento do recurso.
-
60. No que concerne às medidas cautelares, é correto afirmar:
- (A) Se por qualquer motivo cessar a eficácia da medida cautelar, é lícito à parte repetir o pedido pelo mesmo fundamento.
 - (B) A sentença homologatória que o juiz profere na medida cautelar de produção antecipada de prova pericial impede a impugnação do laudo na ação principal.
 - (C) O requerente do procedimento cautelar não responde ao requerido pelo prejuízo que lhe causar a execução da medida, se a sentença no processo principal lhe for desfavorável.
 - (D) A medida cautelar de arresto poderá ser deferida independentemente de justificação prévia, se o credor prestar caução real.
 - (E) O prazo para o requerido contestar o pedido de busca e apreensão e indicar as provas que pretende produzir é de 15 dias.

**Discursiva – Redação**

Atenção: Na Prova Discursiva-Redação deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 linhas e máximo de 30 linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação.

O estádio do Maracanã no Rio de Janeiro será palco das partidas finais da Copa das Confederações (2013) e da Copa do Mundo (2014). Para atender a milhares de torcedores e de turistas, a cidade vem recebendo melhorias – obras novas, revalorização de pontos turísticos, capacitação de aeroportos.

Considerando-se o que está transcrito acima, redija um texto dissertativo-argumentativo, a respeito do seguinte tema:

A vocação de uma cidade para o turismo: benefícios e ônus

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	